

Código	Freguesia	Concelho	Distrito
13 18 03	Bougado (São Martinho) ...	Trofa	Porto.
13 18 04	Coronado (São Mamede) ...	Trofa	Porto.
13 18 05	Coronado (São Romão) ...	Trofa	Porto.
13 18 06	Covelas	Trofa	Porto.
13 18 07	Guidões	Trofa	Porto.
13 18 08	Muro	Trofa	Porto.
11 16 01	Caneças	Odivelas	Lisboa.
11 16 02	Famões	Odivelas	Lisboa.
11 16 03	Odivelas (Lumiar e Carnide) ...	Odivelas	Lisboa.
11 16 04	Olival Basto	Odivelas	Lisboa.
11 16 05	Pontinha	Odivelas	Lisboa.
11 16 06	Póvoa de Santo Adrião	Odivelas	Lisboa.
11 16 07	Ramada	Odivelas	Lisboa.

7 de Abril de 1999. — O Presidente da Secção, *Virgílio Coeiro Chambel*. — O Secretário do CSE, *Pedro Jorge Nunes da Silva Dias*.

Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano

Aviso n.º 7867/99 (2.ª série). — 1 — Nos termos da alínea a) do artigo 7.º, do n.º 2 do artigo 8.º, do n.º 3 do artigo 28.º e da alínea b) do n.º 1 do artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que, por despacho do subdirector-geral de 25 de Março de 1999, no uso da competência delegada que lhe foi atribuída pelo despacho n.º 14 377/98, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 189, de 18 de Agosto de 1998, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso interno de acesso misto para a categoria de operador de sistema de 1.ª classe da carreira de operador de sistema, para preenchimento de três vagas existentes, para o quadro da DGOTDU, aprovado pela Portaria n.º 285/98, de 24 de Julho, sendo:

Dois lugares a preencher por funcionários da DGOTDU;

Um lugar a preencher por um funcionário que não pertença ao referido quadro.

2 — O concurso é válido para as três vagas existentes durante o período de seis meses.

3 — Conteúdo funcional — o descrito no capítulo II, secção I, n.ºs 1 e 2 do n.º 4.º da Portaria n.º 244/97, de 11 de Abril.

4 — O local de trabalho será na Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, sita em Lisboa. A remuneração, demais regalias e condições de trabalho são as genericamente vigentes para os funcionários da administração central, nomeadamente as referidas nos Decretos-Leis n.ºs 353-A/89, de 16 de Outubro, e 23/91, de 11 de Janeiro.

5 — A este concurso aplicam-se, nomeadamente, os Decretos-Leis n.ºs 427/89, de 7 de Dezembro, 204/98, de 11 de Julho, e 23/91, de 11 de Janeiro, e Portaria n.º 244/97, de 11 de Abril, bem como o Código do Procedimento Administrativo.

6 — São requisitos gerais e especiais de admissão ao concurso, os referidos:

a) No artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

b) Na alínea c) do n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 23/91, de 11 de Janeiro;

c) Formação complementar em informática, de acordo com o previsto no n.º 17.º da Portaria n.º 244/97, de 11 de Abril.

7 — A admissão ao concurso deverá ser requerida ao director-geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, Campo Grande, 50, 1749-014 Lisboa.

O requerimento será entregue pessoalmente na Secção de Pessoal ou remetido pelo correio, em carta registada com aviso de recepção, para o referido endereço, desde que expedido até ao termo do prazo fixado no presente aviso de abertura de concurso.

7.1 — O requerimento obedecerá ao modelo tipo anexo ao presente aviso.

7.2 — O requerimento deverá ser acompanhado dos seguintes documentos:

a) Documento autêntico ou autenticado notarialmente, comprovativo das habilitações académicas de base;

b) Documentos comprovativos das habilitações e qualificações profissionais, passados pelas entidades promotoras, bem como de acções de formação frequentadas pelos candidatos, donde conste a respectiva duração;

c) Declaração passada e autenticada pelo serviço a que o candidato pertence, da qual conste a existência e a natureza do vínculo à função pública, a categoria que detém e a antiguidade nessa categoria, na carreira e na função pública, contada em anos, meses e dias;

d) Fotocópias autenticadas das fichas de notação, relativas à classificação de serviço reportada aos anos relevantes para efeitos de promoção (dois ou três anos), com indicação da menção qualitativa e quantitativa.

e) Declaração passada e autenticada pelo serviço ou serviços onde foram exercidas as funções durante os anos referidos na alínea d) que descreva as tarefas e responsabilidades cometidas aos candidatos;

f) Declaração, sob compromisso de honra, de que possui os requisitos gerais de provimento em funções públicas, conforme determina o n.º 2 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

g) *Curriculum vitae* datado e assinado, dele devendo constar quaisquer elementos que os candidatos entendam dever especificar, para melhor apreciação do seu mérito, acompanhado dos respectivos documentos comprovativos.

7.3 — É dispensada a apresentação de documentação autêntica ou autenticada que o candidato alegue constar e que conste do seu processo individual.

7.4 — A não apresentação, juntamente com o requerimento, dos documentos exigidos determina a exclusão do concurso, de acordo com o n.º 7 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

7.5 — Os requerentes poderão fazer a instrução dos respectivos processos nos termos e com os limites previstos no Decreto-Lei n.º 48/88, de 17 de Fevereiro.

8 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

8.1 — O júri poderá, se assim o entender, solicitar aos candidatos a apresentação de documentos ou informações complementares sobre os elementos integrantes do currículo.

9 — O método de selecção a utilizar é a avaliação curricular.

9.1 — A avaliação curricular visa avaliar as aptidões profissionais dos candidatos na área para que o concurso é aberto, com base na análise do respectivo currículo profissional, sendo obrigatoriamente considerados e ponderados, de acordo com as exigências da função:

A habilitação académica de base, onde se pondera a titularidade do grau académico ou a sua equiparação legalmente reconhecida;

A formação profissional, em que se ponderam as acções de formação e aperfeiçoamento profissional, em especial as relacionadas com as áreas funcionais dos lugares postos a concurso;

A experiência profissional em que se pondera o desempenho efectivo de funções na área de actividade para a qual o concurso é aberto, bem como outras capacitações adequadas, com avaliação da sua natureza e duração;

A classificação de serviço ponderada através da sua expressão quantitativa.

10 — O resultado obtido na aplicação do único método de selecção é classificado na escala de 0 a 20 valores e resultará da média aritmética das classificações obtidas no método referido no n.º 9.1.

11 — De acordo com a alínea g) do n.º 1 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de acta de reuniões do júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada.

12 — A relação de candidatos e a lista de classificação final serão divulgadas nos termos dos artigos 33.º, 34.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

13 — O júri do concurso terá a seguinte composição, sendo o presidente substituído pelo 1.º vogal efectivo, nas suas faltas e impedimentos:

Presidente — Dr.ª Maria Aline Ferreira Rodrigues, chefe de divisão.

Vogais efectivos:

Dr.ª Isabel Maria Viana da Costa Rodrigues S. Pereira da Costa, técnica superior principal.

Arquitecto António José Graça de Oliveira, técnico superior principal.

Vogais suplentes:

Dr. Henrique Vicente Pousinha, técnico superior de 2.ª classe.

Dr. Carlos Benjamin Tanganho Dias Maia, técnico superior de 1.ª classe.

14 de Abril de 1999. — O Director-Geral, *João Biencard Cruz*.